A identidade brasileira: ensaio de

Museologia e historiografia

Paola Andrezza Bessa Cunha

A identidade brasileira é um dos temas mais analisados e debatidos, sendo discutido especialmente desde meados do século XIX e encontrando seu auge nos primeiros anos do século XX. Desde a sua formação, passando pelos elementos de composição e resultados de encontros de culturas, a essência que compõe e identifica a cultura brasileira vem sendo buscada e debatida nas mais diversas áreas de conhecimento. Muitas destas questões estão sendo articuladas principalmente desde a década de 1930, como podemos observar nas obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, entre outros, sendo sempre revisitadas de acordo com as demandas que são apresentadas à sociedade pelo tempo presente.

Dentre os autores que pensaram essa conformação e a formação da sociedade em que viviam, destacamos Sergio Buarque de Holanda. Historiador, deu aulas na Universidade de São Paulo, ocupando a cadeira de História da Civilização Brasileira. Dentre suas obras, destacamos para este artigo a publicação "Caminhos e Fronteiras" (1937). Publicado a partir da compilação de ensaios escritos de forma independente, mas que reunidos, retrata uma linha de pensamento que perpassou não apenas o trabalho do autor, mas toda geração de autores contemporâneos, tais como Gilberto Freyre e Oliveira Lima. É um trabalho que dialoga com suas outras publicações, como Monções e Raízes do Brasil, apresentando o que o historiador Francisco Iglésias caracterizou como um "observador atento e voltado para o cotidiano.¹"

Para Sérgio Buarque, o homem que chegou ao Brasil para colonizar, ao depararse com a necessidade de adentrar o território e sobreviver, desenvolveu estratégias para tal. A principal delas foi a adaptação. Em outras palavras, o colonizador português aprendeu com os nativos como se deslocar nas matas, como se alimentar de acordo com

¹ IGLESIAS, Francisco. Historiadores do Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.4, n.1, mar. 2014.

a disponibilidade local, enfim, aprendeu a adaptar-se ao meio em que estava inserido para poder sobreviver a ele.

"A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina"²

O autor destaca esse movimento como uma aculturação às avessas: ao invés do nativo ser aculturado, adquirindo hábitos e costumes do colonizador, acontece o inverso: o colonizador, visando sua sobrevivência, adequa-se àquele universo em que se inseriu.

É, portanto, um momento em que há uma ruptura dos limites e das fronteiras técnicas e culturais. Nesse momento, ocorre a modificação do patrimônio imaterial de cada um dos povos e/ou grupos envolvidos, mesclando-os e formando um novo patrimônio, com aspectos de todos e, principalmente, reconhecido e legitimado por todos. Aqui estamos entendendo patrimônio imaterial o conjunto de conhecimentos gerado a partir de uma relação de ensino-aprendizagem que perpetua-se ao longo do tempo e que permite que determinada sociedade ou grupo reconheça-se na prática desse conhecimento, tanto nas atividades cotidianas quanto fora dela. E cuja importância seja perceptível também para aqueles que não compartilham do cotidiano dessas práticas.

Serge Gruzinski, em *O Pensamento Mestiço*, dialoga com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda. O autor trabalha com dois conceitos, a mestiçagem cultural e a hibridação. Ambos são produtos do fenômeno das misturas, algo que em sua concepção não é recente – uma conjugação de elementos que em princípio não deveriam se aproximar. Mestiçagens são as misturas que ocorreram entre seres humanos (biologicamente falando), entre imaginários e entre formas de vida vindos de lugares diversos. Hibridações são as misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma sociedade ou de um mesmo conjunto histórico e entre tradições.

Esse movimento tem sido pesquisado por Serge Gruzinski sobre a América Espanhola, especialmente o México, sobre o qual analisa as representações existentes

-

² HOLANDA, Sergio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 133.

nas pinturas e esculturas coloniais, observando a mescla entre elementos europeus e nativos, culturas que se mestiçaram, gerando muitas vezes elementos híbridos que, com o alargamento de horizontes, tornam-se elementos mestiços.

Um conceito proveitoso para compreensão do pensamento de Gruzinski é permeabilidade, ou seja, a sociedade e os indivíduos são permeáveis a influências, a novas visões, gerando a multiplicidade. Por outro lado, também é possível identificar, numa mesma sociedade, aspectos de impermeabilidade, ou seja, aquilo que faz parte dela e não é mutável ou apreensível da mesma forma por grupos não pertencentes a ela.

O território, portanto, configura-se como um espaço de promoção da adequação às formas legitimadas de convivência social e de comportamento, conjugando universos distintos dentro de si e reinterpretando concepções de mundo e suas práticas, tradições e hábitos. É a conversão desse antigo, ou desses antigos, em um novo mundo, expansão de fronteiras e a circulação de hábitos, conhecimentos e culturas.

A Identidade do Brasil

A construção de uma identidade histórica única brasileira tem seus primeiros momentos ainda no século XIX, com a criação e as publicações de pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico – IHGB. Ali estava reunida toda a intelligentsia brasileira, forjando e fundando uma história com base nos grandes feitos e momentos brasileiros, contando também com o apoio de intelectuais e pesquisadores estrangeiros. Ao mesmo tempo, a existência do país enquanto nação era debatida e discutida, criando parâmetros para se debater aquilo que o tornaria reconhecido como um Estado-nação.

Segundo FERNANDES (2010),

"a discussão acerca da preservação da memória nacional chega ao Parlamento. Entre os anos de 1917 e 1925 foram apresentadas proposições legislativas, no âmbito da Câmara dos Deputados, com o objetivo de se criar órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico nacional"

³ FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis, 2010.

Os anos 1930 de onde nos fala Sérgio Buarque de Holanda assistiram também à ação constitucional de proteção ao patrimônio, presente na Constituição republicana de 1934, artigo 148:

"Cabe à União, aos Estados e aos Municípios, favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual."

O governo de Getúlio Vargas ainda busca conformar uma representação oficial do Brasil, reconhecida por brasileiros e também pelas outras nações. De acordo com José Murilo de Carvalho⁴, a necessidade de criação de uma identidade nacional, com símbolos e heróis, fazia-se urgente naqueles primeiros anos de República. Dessa forma, temos uma nova conformação de elementos internos e externos, como por exemplo, a figura da Marianne – representação da República francesa – utilizada como uma alegoria da pátria-mãe brasileira ou a imagem de Tiradentes, herói mártir cristianizado. Além disso, começam a se firmar as ações públicas governamentais para levantamento e identificação de bens a serem patrimonializados que afirmariam e contribuiriam para essa história oficial.

A partir de ações de reconhecidos nomes do período, como Gustavo Capanema, Gustavo Barroso, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, segue-se a criação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Numa ação conjunta de diversos intelectuais, capitaneados por Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, buscou-se identificar aquilo que seria o patrimônio nacional legítimo, representativo da cultura e do povo brasileiro. Nota-se que, nesse primeiro momento, o trabalho de levantamento e tombamento da instituição deu-se majoritária, se não unicamente, voltada para bens móveis – principalmente edificações. A chamada cultura imaterial (danças, ritos, modos de fazer, entre outros) não foi contemplada nesse momento. Essa valorização do nacional, daquilo que é genuinamente brasileiro vai de encontro também com as necessidades políticas do momento.

-

⁴ CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Essas construções são o que nos permitem compreender a ideia de comunidade imaginada defendida por Benedict Anderson (Apud AZEVEDO, 2011), onde ações, tradições ou gestos criam a legitimação de uma identidade comum, de um passado único de um grupo. Nas palavras de Claudia Soares de Azevedo,

"O moderno museu de história tornou-se, por excelência, o lugar de institucionalização do passado nacional, tornou-se público, um espaço consagrado a coleções de objetos que deviam persuadir os visitantes da beleza das obras consideradas por si, admiráveis, transformadas em objetos representativos das glórias nacionais." 5

Ao observarmos essas coleções nos grandes museus (Nacional ou Paulista, por exemplo) observamos a conformação dessa história dos grandes feitos e grandes símbolos. Ao mesmo tempo em que tem como objetivo ser magistra – ensinar à população sobre sua origem – apresenta os elementos que a compõe. Esses objetos carregam em si aquilo que é único, a especificidade gerada a partir dos encontros vividos em sua formação, sejam estes culturais, biológicos ou de qualquer natureza. Nesse momento, podemos revistar o conceito de mestiçagem apresentado por Serge Gruzinski – a mestiçagem cultural, de elementos e conceitos sociais que leva à hibridação. Esse novo componente, *sui generis*, carrega em si toda a complexidade de uma formação histórica, de junção de povos, tradições, culturas e hábitos em uma identidade nacional – legitimada pelo olhar e pelo lugar que ocupa nessa sociedade – o Museu.

Para a Museologia, pensar a identidade brasileira sob esses aspectos é de grande valia. Ao analisar um acervo, ao escrever um plano museológico, o profissional deve ter em mente os diversos aspectos que compõe aquelas peças, aquele espaço, a proposta e o público em geral. A repetição de procedimentos e condutas faz-nos concluir que a intencionalidade, tanto daquele que faz o gesto quanto daquele que o repete, não é tão subjetiva quanto possa parecer . A significação de atos tomam uma forma para uns, mas são re-significados para outros.

_

Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.4, n.1, mar. 2014.

⁵ AZEVEDO, Cláudia Soares de. Conhecendo o passado: uma interpretação da história no Museu Imperial. IN: MAGALHÃES, A. M. & BEZERRA, R. Z. Museus Nacionais e os desafios do Contemporâneo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. pp.156

Referências

ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal : memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio : ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A; FAPERJ; UNIRIO, 2003.
ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas : reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 30, p. 271-287, 2002.
CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). Um mapa da questão nacional . Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: Seminário Internacional de Políticas Culturais : teorias e práxis, 2010.
GRUZINSKI, Serge. O pensamento mestiço . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
A colonização do imaginário : sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialización. México: FCE, 2010.
HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras . 3.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil : capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.
MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). Museus Nacionais e os desafios do contemporâneo . Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011.
Coleções e Colecionadores: a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

SCHWARCZ, Lília Moritz e DANTAS, Regina. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. **Revista Instituto Estudos Brasileiros**, n.46. pp. 123-164, 2008.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.